



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13174 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GE Cotidianos - éticas, estéticas e políticas

O MOVIMENTO #ELENÃO COMO RESISTÊNCIA COTIDIANA DE MULHERES

Desirée de Oliveira Pires - FURG/PPGEDU - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Amanda Motta Castro - FURG - Universidade Federal do Rio Grande

O MOVIMENTO #ELENÃO COMO RESISTÊNCIA COTIDIANA DE MULHERES

Resumo: Este texto é um recorte da dissertação de mestrado já defendida, que analisou como o Movimento #EleNão iniciou e se organizou dentro das redes sociais, a partir do grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB), visando impedir que um candidato com princípios que vão à contramão dos direitos humanos fosse eleito. Na última década, o movimento feminista tem utilizado as redes sociais, por entender que esses são espaços potentes para discussões políticas e sociais, e para promoção de uma educação política emancipadora para/pelas mulheres. Para isso, utilizamos como campo teórico-metodológico os pressupostos de uma etnografia digital que, atrelada a uma metodologia feminista, chamamos de uma *etnografia digital feminista*. Seguindo esse caminho, e utilizando como técnicas de pesquisa as entrevistas, ouvimos mulheres que participam do movimento desde sua criação em 2018. Como resultado, constatamos o quanto as redes sociais podem se configurar enquanto importantes ferramentas de transformação social. O trabalho que as mulheres participantes da pesquisa realizam contribui para uma educação política para/pelas mulheres, e demonstra o quanto as mulheres são um grupo protagonista de resistência ao conservadorismo.

Palavras-chave: Movimento #EleNão; Feminismo; Ativismo; Mulheres

Introdução

Entre os tantos momentos de profunda angústia e medo que já enfrentamos como brasileiras e brasileiros ao longo da história, o ano de 2018 é um deles. Diante da eminente vitória de Jair Messias Bolsonaro a presidência do país, um grupo de mulheres reunidas na

rede social Facebook se uniu com o objetivo de impedir que um candidato de extrema direita fosse eleito. O grupo que se formou nas redes sociais, foi chamado de Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB). Este grupo, por sua vez, deu origem ao Movimento #EleNão, formado a partir da união entre mulheres, movimentos sociais e partidos de esquerda contra a eleição de Bolsonaro, político que já tinha demonstrado ao longo da carreira seu ódio as mulheres e a todos os grupos sociais historicamente excluídos, população negra, LGBTQIA+, pobres e periféricas.

O MUCB, inicialmente pensado por Ludimilla Teixeira, uma mulher negra, funcionária pública e nordestina, foi criado com o objetivo de reunir mulheres com percepções políticas distintas, mas que tivessem em comum a não aceitação das propostas políticas feitas pelo então candidato à presidência, Bolsonaro. Em apenas um mês de atividades na rede social, o grupo chegou a atingir o número de 2,5 milhões de mulheres, as quais discutiam e refletiam sobre as melhores estratégias de contenção ao avanço da extrema direita, tanto nas redes sociais (espaço que o pensamento bolsonarista proliferou) quanto fora dela, por meio da ocupação das ruas. (SOUSA e RACHIT, 2019)

A partir do grupo na rede social, outros subgrupos locais e regionais foram organizados para que esse movimento transcendesse o espaço *online* e ocupasse o espaço público, as ruas. Assim, foram organizadas manifestações, marchas e protestos em dezenas de cidades brasileiras e no exterior, para que fosse possível externalizar o profundo descontentamento que as camadas populares, sobretudo, as mulheres, estavam diante da vitória de Bolsonaro naquelas eleições.

Porém, o movimento não atingiu seu objetivo inicial: impedir a vitória do bolsonarismo. No entanto, o grupo se mantém e se manteve ativo durante os momentos mais críticos dos últimos anos, fazendo a resistência frente as políticas de um governo conservador. As práticas desenvolvidas pelo grupo refletem a construção de uma educação feminista para/pelas mulheres, que transcende o espaço online e se reflete na difusão de conhecimento, e inclusive, na participação efetiva das mulheres em uma política institucional.

Nesse cenário, com a presente proposta de texto, temos como objetivo apresentar aspectos encontrados durante a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/FURG), que resultou na dissertação defendida e aprovada em 2021. Buscamos, com esta pesquisa, discutir a educação para além dos espaços formais de ensino, entendendo as redes sociais como espaços profícuos para a difusão do conhecimento, sobretudo em momentos em que há uma diminuição ou até mesmo uma ausência — por conta do momento político — de espaços institucionalizados onde possamos pensar uma educação transformadora e emancipatória.

Metodologia

Em uma pesquisa qualitativa há uma série de variáveis e possibilidades de abordagens, pois as pesquisas não se constroem em laboratórios artificiais, mas a partir das práticas de interação que as pessoas participantes e envolvidas com a pesquisa estabelecem em seu cotidiano. Por conta disso, há uma preocupação muito maior em determinar se a pesquisa possui uma relevância e contribuição social, do que testar uma legitimidade teórica.

À medida que o processo da pesquisa foi se consolidando, misturamos duas metodologias teórico-metodológicas: a etnografia digital e a metodologia feminista. Dessa mistura, tomamos a liberdade de buscarmos uma *etnografia digital feminista*, a fim de demarcarmos politicamente esta pesquisa.

Claudia Pereira Ferraz (2019) define a etnografia digital como uma metodologia que se configura enquanto uma atualização do fazer etnográfico, consistindo no ato de observar e classificar os fenômenos sociais e, na era digital, isso representa um universo de estudos. Dentro da perspectiva da Antropologia e que se estende de forma interdisciplinar, a autora assim se manifesta:

Em nossa análise etnográfica em redes digitais percebemos que extensão deste método para as práticas analíticas em rede não corrompe a Antropologia, ela reatualiza os fundamentos da etnografia pela possibilidade do encontro com uma série de dados, os quais isolados podem parecer insignificantes, mas que juntos, conforme Mauss inspira a pensar, seguem a “representação da concentração de uma série de princípios e valores”. (FERRAZ, 2019, p. 48)

A partir desses aspectos, percebemos as tecnologias enquanto facilitadoras dos registros e dos recortes para a pesquisa, consistindo, inclusive, numa certa mudança na forma de se fazer ciência. Contudo, a etnografia digital não consiste em uma nova metodologia, mas numa adaptação dos métodos etnográficos a partir das novas tecnologias digitais, a fim de que possamos pensar novas práticas e lógicas para a análise dos dados.

Pensando que essa pesquisa foi construída com mulheres e sobre mulheres. Percebemos e analisamos os dados obtidos a partir de um método, o que Eli Bartra (1998) e Sandra Harding (1998) definem como método feminista. Dessa forma, entendemos que a maneira como lemos, escutamos, observamos e perguntamos junto as mulheres da pesquisa acontece a partir de um enfoque distinto do androcêntrico e sexista.

Atrelando as duas metodologias e construindo uma etnografia digital feminista, buscamos demarcar epistemologicamente e politicamente a pesquisa. Conforme já discutido por Castro (2015), é muito comum que apareça, de alguma parte, o questionamento sobre a necessidade ou não de uma pesquisa que trabalhe com a metodologia feminista. Entendemos que essa maneira de trabalho se configura como um movimento político, de mudança e de transformação social.

Análise e Discussão dos Resultados

Historicamente as mulheres estão sujeitas a uma série de violências na sociedade patriarcal, especialmente dentro de um contexto da América Latina. Segato (2016) nos aponta que mesmo que tenhamos avançado com a criação de mais leis que protegem as mulheres, elas não são suficientes, pois as violências só têm aumentado e representam, definitivamente, uma guerra contra as mulheres. Uma guerra não exatamente nos moldes que aprendemos nos livros de História, mas sim, uma guerra informal, fruto da modernidade, que se inscreve no corpo das mulheres de diversas formas, tanto física quanto mentalmente e principalmente, culturalmente.

Conforme apontamentos de Segato (2016), historicamente o corpo das mulheres tem sido percebido como uma propriedade, sendo a dominação dos seus corpos um fator de união entre o patriarcado, de modo que é a “masculinidad como primera y permanente pedagogía de expropiación de valor y consiguiente dominación” (SEGATO, 2016, p. 16) ^[1].

Compreendemos que a sociedade patriarcal percebe os corpos das mulheres ou feminizados como sua propriedade, seu território, disseminando e naturalizando essa perspectiva como um saber, o que contribui para a construção e legitimação de uma cultura que oprime e menospreza a vida das mulheres. Como o sistema patriarcal não se sustenta sozinho, o racismo e as desigualdades sociais, frutos da problemática de classe, estão de braços dados com ele, alimentando um ódio a todos os grupos historicamente excluídos da sociedade (pessoas negras e empobrecidas).

Diante de tal problemática, as mulheres resistem ao longo da história de maneira organizada, coletiva ou individual. De acordo com Teles (2017), as origens do movimento feminista, quanto um movimento coletivo de mulheres, se dá a partir da necessidade de lutar por um reconhecimento específico e sistemático de sua opressão, demonstrando que as diferenças entre homens e mulheres não podem ser percebidas de um ponto de vista natural, existindo uma possibilidade de transformação política e social para as mulheres.

Movidas pelo sentimento de esperança, uma esperança que podemos definir no sentido freiriano do termo (Freire, 2018), de que as mulheres participantes da pesquisa se uniram organizando o Movimento #EleNão. Uma esperança que não acontece a partir do cruzar de braços, mas sim, do movimento rumo as transformações sociais.

A partir das práticas de organização e atuação nas redes sociais por essas mulheres, principalmente, as envolvidas na pesquisa, Ludimilla, Liliane e Bianca, emergiram uma série de saberes os quais se construíram a partir de suas experiências e práticas. Como nos aponta Gohn (2011), há uma estrita ligação entre educação e movimentos sociais, uma vez que lutar por direitos é também promover educação. Percebemos assim que, mais que um espaço de compartilhamentos de informações, o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro se configurou como um espaço educativo. Para Liliane, uma das participantes, “*O MUCB começou como uma plataforma política contra o Bolsonaro. Mas esses mais de 2 anos, a gente foi, a gente foi virando uma quimera que é de direitos humanos!*”.

Portanto, tendo em vista que não há prática educativa neutra, identificamos ao longo desta pesquisa que as práticas desenvolvidas no cotidiano do grupo são carregadas de um pensamento progressista e vão de encontro ao valorização dos direitos humanos. Sendo assim, podemos caracterizar o Movimento #EleNão a partir do que hooks (2017) define como uma educação feminista, uma educação preocupada com todas/os e engajada na defesa dos direitos humanos. Pois, quando as mulheres reivindicam o reconhecimento social, não o reivindicam apenas para si, mas para todas as pessoas que historicamente foram e são excluídas da sociedade.

Considerações Finais

A atuação das mulheres reunidas no MUCB que culminou na consolidação do Movimento #EleNão tem buscado contribuir para a interpretação da realidade política e das questões atuais no Brasil e no mundo, de forma a intervir na opinião pública e contribuir para a construção e o desenvolvimento das identidades individuais e coletivas. Nesse sentido, o grupo tem fornecido ferramentas para que as mulheres tenham um conhecimento político mais progressista, assim como também, a partir do sonho, esperancem por um mundo menos desigual.

A recente vitória progressista nas eleições presidenciais de 2022 é resultado de um trabalho intenso dos movimentos sociais e do trabalho construído por essas mulheres, que atuam tanto a partir de políticas base como também na participação institucional. Muitas participantes do movimento ingressaram como vereadoras e deputadas, representando suas respectivas localidades e lutando por um país menos desigual. No entanto, como aprendemos com Beauvoir (2009), os direitos das mulheres nunca estão consolidados, é preciso que estejamos constantemente em vigilância.

Referências

BARTRA, Eli (org.). **Debates em torno de uma metodologia feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTRO, Amanda. **Fios, Tramas, Cores, Repassos e Inventabilidade: a formação de tecelãs em Resende Costa, MG**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo, RS, 2015.

FERRAZ, Claudia Pereira. **A etnografia digital e os fundamentos da antropologia**. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.12, n. 35, p. 46-69, jun.-set.2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v.16, n. 47, maio-ago. 2011.

HARDING, Sandra. **Existe um método feminista?** BARTRA, Eli (Org.). Debates em torno a uma metodologia feminista. México, D.F.: UNAM, 1998.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madri: Traficantes de Suenos, 2016.

SOUSA, Maíra; RACHIT, Breda. **Mobilizações pré-eleições presidenciais 2018 no Pará: grupos e eventos relacionados à #EleNão no facebook**. In: Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 3, n. 1, p. 66-86, jan-abr. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

[1] (...) masculinidade como primeira e permanente pedagogia de expropriação e de valor, consequentemente de dominação” (SEGATO, 2016, p.16).